

# HÁ TANTOS LIBERTOS QUE VIVEM NA MISÉRIA. ADEMAIS, NÃO PODIA VIVER SEM MEU SENHOR: REPRESENTAÇÕES SOBRE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NA NOVELA O PATUÁ, DE CARLOS JANSEN (1878/1879)

THERE ARE SO MANY FREEDOMS THAT LIVE IN MISERY. ADDITIONAL, I  
COULD NOT LIVE WITHOUT MY LORD: REPRESENTATIONS ABOUT SLAVERY  
AND FREEDOM IN THE NOVEL O PATUÁ, BY CARLOS JANSEN (1878/1879)

## **Paulo Roberto Staudt Moreira**

Pós-Doutor na Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro/Brasil).  
Professor titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo/Brasil).  
E-mail: [moreirast@terra.com.br](mailto:moreirast@terra.com.br)

Recebido em: 19 de setembro de 2020  
Aprovado em: 5 de dezembro de 2020  
Sistema de Avaliação: Double Blind Review  
RPR | a. 18 | n. 1 | p. 54-83 | jan./abr. 2021  
DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v1i0.2324>

## RESUMO

Nos anos de 1878 e 1879 foi publicada em forma de folhetim, na Revista Brasileira (Rio de Janeiro), a novela O Patuá, descrita por Walter Spalding como “notável ensaio de ficção sobre usos e costumes gauchescos”. Essa revista foi fundada por Carlos Jansen, Sílvio Romero, Franklin Távora e Machado de Assis, sendo o primeiro deles o autor dessa novela-folhetim. O alemão Carlos Jansen integrou o grupo dos brummers, mercenários contratados pelo imperador brasileiro para lutarem contra Juan Manuel de Rosas e Manuel Oribe, no período de 1851 e 1852. Após os combates, Jansen permaneceu no Rio Grande do Sul como professor, funcionário provincial ligado à imigração e intelectual (jornalista, romancista e tradutor), depois mudando-se para o Rio de Janeiro, onde também lecionou, morrendo em 1889. O intento desse artigo é analisar essa novela, percebendo as representações nela presentes sobre a escravidão e, em especial, sobre os africanos para cá trazidos pela diáspora transatlântica. Percebemos também que essa obra serviu para o autor construir uma autoimagem positiva, a qual nos permite perceber como se estruturava no período a imagem de um intelectual/homem de letras.

**Palavras-chave:** Escravidão. Africanos. Imigração. Literatura.

## ABSTRACT

In the years 1878 and 1879, the soap opera O Patuá was published in the Brazilian magazine (Rio de Janeiro), the novel O Patuá, described by Walter Spalding as “a remarkable fiction essay on gauchescos uses and customs”. This magazine was founded by Carlos Jansen, Sílvio Romero, Franklin Távora and Machado de Assis, the first of whom was the author of this soap opera. The German Carlos Jansen was part of the group of brummers, mercenaries hired by the Brazilian emperor to fight against Juan Manuel de Rosas and Manuel Oribe, between 1851 and 1852. After the fighting, Jansen remained in Rio Grande do Sul as a teacher, connected provincial official immigration and intellectuals, later moving to Rio de Janeiro, where he died in 1889. The purpose of this article is to analyze this novel, realizing the representations present in it about slavery and, in particular, about the Africans brought here by the diaspora transatlantic. We also realized that this work served for the author to build a positive self-image, which allows us to understand how the image of an intellectual / man of letters was structured in the period.

**Keywords:** Slavery. Africans. Immigration. literature.

## INTRODUÇÃO

Em seu livro *O Século de Schnitzler*, Peter Gay (2002, p. 11) se propôs a elaborar a “biografia de uma classe social, a classe média”, seguindo a produção intelectual e pessoal de um autor austríaco. Ele, logo na primeira página, explicita que o seu personagem (Arthur Schnitzler), entretanto, não era um *burguês arquetípico* e que muitos outros, anônimos, existiram no século XIX, “menos abastados, menos talentosos, menos articulados – menos neuróticos – isto é, menos representativos do que ele”. Podemos dizer o mesmo de Carlos Jansen, ele não era, certamente, um imigrante europeu mediano, típico, mas a sua trajetória carrega marcas e características da mobilidade de indivíduos que se moveram da Europa para a América Latina em busca de oportunidades de vida. Na estrutura escravista que se inseriram, esses indivíduos construíram percepções e auto representações que os ajudassem a se localizar e se relacionar socialmente.

Nos anos de 1878 e 1879 foi publicada em forma de folhetim, na Revista Brasileira (Rio de Janeiro), a novela *O Patuá*, descrita por Walter Spalding (1968) como “notável ensaio de ficção sobre usos e costumes gauchescos”. Essa revista foi fundada por Carlos Jansen, Sílvio Romero, Franklin Távora e Machado de Assis, sendo o primeiro deles o autor dessa novela-folhetim. Em 1879, o Patuá, em alemão, foi publicado no “Koseritz Volkskalenderfür die Provinz Rio Grande do Sul für das Jahr 1879”. A Revista do IHGRS publicou *O Patuá* em 1965, com apresentação de Dante de Laytano. Em 1974, finalmente, o texto é editado em forma de livro pelo Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul e do Instituto de Ciências Humanas da UFRGS. Em 2015, a editora Movimento lança nova edição do livro, comemorando os 190 anos da imigração alemã para o Rio Grande do Sul (APPEL, 2015, p. 16; SILVA, 2000, p. 37).

O alemão Carlos Jansen integrou o grupo de mercenários contratados pelo imperador brasileiro para lutarem contra Juan Manuel de Rosas e Manuel Oribe, no período de 1851 e 1852 (também chamados de *Brummers*, ou rezingões). Após os combates, Jansen permaneceu no Rio Grande do Sul como professor, funcionário provincial ligado à imigração e intelectual (jornalista, romancista e tradutor), depois se mudando para o Rio de Janeiro, onde morreu em 1889. O intento desse artigo é analisar essa novela, percebendo as representações nela presentes sobre a escravidão e, em especial, sobre os africanos para cá trazidos (de maneira forçada) pela diáspora transatlântica. Percebemos também que essa obra serviu para o autor construir uma autoimagem positiva, a qual nos permite perceber como se estruturava no período a imagem de um intelectual/homem de letras.

As informações – um tanto rarefeitas – que temos sobre Carlos Jansen, não apontam prosperidade, mas uma relativa segurança econômica, que o inseria entre os grupos sociais intermediários. As relações que entreteve, porém, denotam sólidos laços sociais, os quais, se evidentemente não lhe garantiam

estabilidade absoluta, pelo menos o protegiam da posição de outsider, abrindo-lhe possibilidades empregatícias (ELIAS; SCOTSON, 2000). Carlos Jansen não parece ter aspirado a tornar-se proprietário rural, mesmo que de pequenas posses ou até especulador fundiário. Provavelmente lhe faltassem os recursos para investir na especulação agrária e mesmo as capacidades profissionais necessárias a alguém que sobrevivesse da terra. Como intérprete do serviço provincial ligado à colonização e à imigração, ele tinha acesso a informações privilegiadas quanto à disponibilidade de terras nos respectivos núcleos em que atuou, e talvez ele tenha agenciado para outro investidor mais graúdo tais potenciais especulações.

## 2 O LIVRO

Segundo o historiador Sidney Chalhoub (2019, p. 119), “recontar a história lida é contá-la segundo o ângulo da nossa experiência de leitura. A imaginação de quem lê dialoga com o que está nas páginas, nota certas cousas, deixa escapar outras, enfatiza alguns aspectos em detrimento de outros”. Dessa maneira, considerando que muitos não leram o livro *O Patuá*, ou mesmo que a experiência de leitura do autor desse artigo será assim melhor entendida, passamos a uma descrição do enredo e dos personagens dessa novela-folhetim. Trata-se de um livretinho pequeno, com cerca de 80 páginas e com exatamente dez capítulos, os quais imaginamos que devem ter sido publicados individualmente em números separados e sucessivos da revista. O espírito do folhetim era, justamente, fazer os leitores acompanharem com expectativa os textos gradualmente disponibilizados.

Dois amigos, envolvidos em uma tipografia que editava um *jornal político*, gozavam momentos de folga, já que o próximo número do periódico estava pronto para ser publicado. A trama ocorre no outono, em Porto Alegre, e a estória se inicia com a descrição de locais típicos da capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a Várzea, onde bandos *ruidosos* de pássaros esvoaçavam, “ora escolhendo para as suas animadas evoluções o dorso dos quadrúpedes que ali pastavam”<sup>1</sup>; o cemitério construído em 1850 ali perto (“e na lomba vermelha os brancos túmulos do cemitério erguiam-se tão serenamente que nenhum pensamento lúgubre inspirava a sua contemplação”)<sup>2</sup>; e as *ondas* do lago Guaíba.

<sup>1</sup> Esta região, mesmo que localizada razoavelmente perto do centro de Porto Alegre, tinha no século XIX as características de uma região ainda rural. Esse local foi também conhecido como Campo do Bom Fim (em função do templo ali erigido) e em 1884 passou a ser conhecido como Campo da Redenção, homenagem a uma abolição antecipada da escravidão na capital, que não ocorreu, já que muitos indivíduos continuaram escravizados até 1888 e o abolicionismo local caracterizou-se pela emissão de cartas de alforria condicionais a anos de trabalho compulsório.

<sup>2</sup> O cemitério construído em 1850 estava subordinado a Santa Casa de Misericórdia e substituiu o campo santo instalado ao lado da Catedral da Madre de Deus, no então Beco do Espírito Santo. (NASCIMENTO, 2006; MEIRELLES, 2016).

Estes dois amigos, da mesma faixa etária, brancos, que compartilhavam opiniões políticas e literárias, são o eixo da narrativa. Um deles é nomeado já na primeira linha – Luís, o qual, além de jornalista, é descrito bem mais adiante na trama como engenheiro. O outro, aquele que conduz a narrativa, tem o nome revelado logo depois, Carlos Jansen. A persona literária criada por Jansen tem as características mais explicitadas do que os outros personagens. Observando um *genuíno tipo brasileiro*, o personagem Luís comenta para seu companheiro que “tais exemplares não produz tua velha Europa”, denunciando o continente de origem do narrador. Em outro momento, o mesmo Luís, dialogando com o personagem-narrador, em uma de suas inúmeras e cansativas demonstrações de conhecimento literário e musical, trata do poeta alemão Ferdinand Freiligrath, alcunhando-o de *teu*, localizando assim o país de origem de seu companheiro de aventura.

Na verdade, mesmo que a narrativa seja feita pelo personagem Carlos Jansen, entendemos que o autor se expressa também através da outra figura narrativa, Luís. Ambos personagens têm traços muito semelhantes, posturas políticas, apreensões de mundo, visões sobre o trabalho, a escravidão e as mulheres. Apreciam e insistem em demonstrar conhecimento sobre literatura clássica e música erudita. A diferença é de estado civil (ou de disponibilidade afetiva), já que um é solteiro (Luís) e o outro é casado (Carlos), o que permite ao primeiro, em sua solteirice, estender-se mais na sua estima pelo sexo oposto.

A trama começa com os dois amigos jornalistas sendo convidados para um passeio. O fazendeiro Jacinto, autor do convite, morava a apenas algumas léguas de Porto Alegre, em um agradável local às margens da Lagoa dos Patos, com uma média escravaria e acompanhado de sua filha Glaura. A mãe de Glaura já havia falecido e uma sua tia (Genoveva) ocupava o papel maternal. O fazendeiro Jacinto era “importante por sua influência política”, era eleitor e “representava um número respeitável de votantes”.<sup>3</sup> Tal papel preponderante nas eleições fez com que os chefes do partido ao qual estavam ligados Luís e Carlos o recomendassem *calorosamente*. As *relações pessoais* dos dois com o fazendeiro Jacinto, assim, decorreram de uma relação clientelista típica dos oitocentos. Jacinto há 10 ou 12 anos entretinha uma batalha jurídica com um seu vizinho, a respeito de um terreno limítrofe, que já havia custado muita *resma de papel* e alguns contos de réis. Luís e Carlos, então, conseguiram através de seus vínculos político-partidários *exumar* o processo no Supremo Tribunal de Justiça, resolvendo-se o pleito a favor do fazendeiro Jacinto, ao mesmo tempo que o vizinho querelante, com a derrota, ficara praticamente falido.

O vizinho que disputara judicialmente com o fazendeiro Jacinto, por um terreno limítrofe das duas propriedades, chamava-se Roberto. Como já dissemos, ele foi arrasado financeiramente pela demanda

<sup>3</sup> Sobre eleições no Brasil imperial, ver: CARVALHO (1997), COSTA (2006), DIAS (1998), FAORO (1975) e GRAHAM (1997).

judiciária, a qual ainda ao final perdeu, talvez por conchavos políticos interferirem no campo judiciário. A imagem que Jansen faz dele é de um homem fracassado: trabalhava em seu rancho com uma *ponta de gado*, nunca casou e vivia solitário, sendo que “uma china toma-lhe conta da casa” (JANSEN, 2015, p. 49). Aí talvez exista uma insinuação do autor, de que a *china*, portanto uma pessoa de ascendência indígena, além de sua caseira, fosse também sua amásia. Páginas depois, os personagens principais cruzam com essa china, a qual levava uma trouxa de roupas na cabeça: “O vestido solto mal disfarçava as formas cheias do corpo. Debaixo da frente estreita, os olhos negros brilhavam sinistramente quando a mulher passou por nós com silencioso cumprimento” (JANSEN, 2015, p. 68).

O terceiro personagem a aparecer na cena da novela é um menino. Ivo é um escravizado, de 12 anos de idade, portador do convite do fazendeiro Jacinto, para que fossem visitar a sua fazenda e lá caçar perdizes. Ivo é chamado na novela de *moleque*, expressão que descreve uma faixa etária intermediária na escravaria, entre a infância e a idade adulta. Sua chegada é confundida ironicamente com a de uma *fada*, mas logo o personagem Carlos desfaz o engano: “Não era uma fada, mas uma cabeça encarapinhada e duas pernas negras que saíam de um ponche azul” (JANSEN, 2015, p. 28). A negritude segue os passos do personagem, chamado de *fada negra*, *negro pajem*, *crioulo*, como a realçar a branquitude dos outros integrantes da narrativa e, assim, a “positividade da brancura” (BHABHA, 1998, p. 118).

Segundo Sidney Chalhoub (2019, p. 160), uma das maneiras de “normalizar a escravidão”, seria “utilizá-la para efeito cômico”. O personagem do *moleque* Ivo serve para essa estratégia desde o início de sua aparição na novela, quando é confundido com uma *fada negra*, portadora de boas notícias, no caso, a visita à fazenda de Jacinto. Bem-humorado, Luís pede que Ivo retire uma carta de um baralho, que decidirá se ele iria ou não no passeio até a fazenda. Ivo tira do maço a dama de copas, o que indicava que a fortuna recomendava a excursão, ao que Luís retruca: “*Alea jacta est!* isto quer dizer, meu rapaz, que, se me acontecer alguma coisa desagradável, *apanharás uma sova*”, e logo em seguida acrescenta: “Ivo, Ivo, prevejo *grande perigo para as tuas costas!*” (JANSEN, 2015, p. 31-32). Aos leitores (livres e brancos) esses trechos devem ter arrancado algumas gargalhadas, pois absolutamente naturalizava a escravidão e um dos seus elementos mais emblemáticos, a violência física. Aliás, a escravidão não é questionada em nenhum momento da novela.

Evidente que devemos ponderar que Carlos Jansen era professor e que a violência física era um ingrediente *normal* do aprendizado das crianças no oitocentos. Segundo o historiador Peter Gay, a classe média vitoriana construiu alibis para justificar variadas formas de agressão (física, psicológica, moral) contra categorias tidas como *inferiores*. “O alibi, na acepção que emprego esse termo, não é causa de acontecimentos, mas *racionalização de comportamento*, uma licença que autoriza a conduta agressiva ao

fornecer justificativas grandiloquentes de ordem jurídica, ética, biológica ou mesmo religiosa” (GAY, 2002, p. 119). Sem esquecer que, considerando a emergência do racismo científico no oitocentos, o preconceito racial certamente tomava parte em muitos processos de *racionalização de comportamentos* agressivos e que isso permitia “atacar a outrem – criticar e ridicularizar, policiar e excluir, explorar e às vezes matar” (GAY, 2002, p. 121). O sentimento de superioridade com relação a seres *naturalmente* inferiores apoiava-se em estereótipos, como os que descreviam de forma monstruosa e assustadora o africano, como veremos adiante. Esses estereótipos, muitos deles divulgados por ilustrações publicadas nos periódicos e nas novelas de folhetim, “funcionavam como substitutos para a argumentação racional” (GAY, 2002, p. 131). Mesmo que os critérios de distinção e hierarquia raciais fossem *nebulosos*, eles serviam operacionalmente para estabelecer graus de superioridade e inferioridade: “Qualquer um podia utilizar a raça em benefício próprio, e quase todos os fizeram: os britânicos contra os franceses, os franceses contra os alemães e os alemães contra todos” (GAY, 2002, p. 132).

No trajeto para a fazenda ocorre um encontro curioso, quando Luís e Carlos, guiados pelo *moleque Ivo*, cruzam com um *leiteiro de doze a treze anos*, com cabelo composto de *negros anéis*, olhos *transparentes como as gotas do rocío* e *faces douradas como o sol*. Aquela *aparição juvenil*, que entoava uma *trova campesina*, sensibilizou a ambos jornalistas, especialmente Jansen, e mereceu de Luís uma explicação a respeito daquele exemplar genuíno de um *tipo brasileiro*:

Sãos de corpo e alma, vivem sobre si quase desde a infância. Nascem no rancho do *agregado*, e aí morrem, chefes de grande prole, quando não se finam, como guardas nacionais, em remoto campo de batalha<sup>4</sup>. Não sabem ler, nem escrever, mas sabem o que dizem os jornais, graças aos cuidados dos candidatos políticos. Cantam e improvisam trovas cheias de sentimentos, sem forma clássica e sem pretensão, mas expressando em poucas estrofes toda uma vida psíquica. Leve o diabo a ciência, se por tão diminuto preço se pode viver feliz. (JANSEN, 2015, p. 38).

A simpatia demonstrada pelos personagens parece se justificar pela juventude e pelos traços de *brancura* do personagem, um jovem trabalhador nacional que vivia à margem das propriedades rurais, naquelas famílias que habitavam ranchos ocupados por agregados e que tinham o acesso à terra graças à troca de favores com os proprietários. Esses favores prestados pelos agregados podiam se constituir em votos nas eleições, trabalhos ocasionais nas fazendas ou ajuda em momentos de conflito, agindo como braço armado. Indubitável que a forma depreciativa com que esse grupo social era descrito, mesmo

<sup>4</sup> Sobre questões militares na província, ver: MÜGGE (2012, 2016) e RIBEIRO (2009).

que permeada de certa simpatia, era oriunda de uma visão elitista que os resumia a dependência dos donos das terras. De qualquer forma, Luís e Carlos demonstram afeto por aquele menino leiteiro (branco), mas em nenhum momento demonstram igual percepção pelo moleque negro de 12 anos que os guiava. Um pouco adiante na viagem, Luís suja as botas em um lamaçal e a ironia retorna à narrativa quando ele, *com ar majestoso, estendeu as pernas a Ivo*, que procedeu a limpeza, visando torná-lo apresentável na fazenda que estava próxima.

Interessante que o leiteiro de 12 a 13 anos, ao cruzar com o grupo de viajantes, cumprimenta Luís e Carlos com um *esquivo cumprimento* (num misto de timidez e respeito) e cede-lhes espaço no apertado caminho: "Vingou-se, porém, imediatamente, da reserva momentânea, mimoseando com sibilante relhada o cavalo de Ivo, e continuando a sua trova campesina" (JANSEN, 2015, p. 37). Não existe qualquer menção a que o jovem leiteiro e o *pajem negro* (Ivo) se conhecessem, assim, a relhada não parece ter sido praticada como uma espécie de bruto afeto entre os dois meninos. Aliás, o ato foi unilateral, não sendo apontada qualquer reação do escravizado Ivo. Pensamos que, ali naquele gesto, se afirmavam hierarquias sociais e raciais: um menino pobre, porém branco, comunicando que o espaço não era cedido livremente para o moleque escravizado, mas para seus companheiros de viagem não-negros.

Ao ver as terras de Jacinto ao longe, Ivo exclama: "É a nossa estância". Ficamos sabendo que Ivo é uma *cria da casa*, expressão não usada no livro, mas que indica que ele era filho de uma família escravizada pelo proprietário Jacinto. Sabemos que ele tinha um irmão, além da mãe e uma avó, todos ali residindo escravizados. Não existe na narrativa nenhuma figura paterna na família de Ivo, mas uma ancestralidade formada apenas por personagens femininos. Talvez Jansen com isso explicitasse um preconceito quanto às estruturas familiares dos escravizados (e quiçá negros em geral), mostrando-os como promíscuos e tendentes à instabilidade familiar e à anomia social (CHALHOUB, 1990). Não existe insinuação de que Ivo e seu irmão fossem filhos do senhor, frutos do abuso senhorial ou do exercício do direito senhorial de usufruir do corpo de suas escravizadas (HAACK, 2019; SANTOS, 2020). De forma naturalizada, Jansen aponta uma organização familiar não nuclear, baseada na matricentralidade. Se a mãe de Ivo estava envolvida em uma relação afetivo-familiar consensual, um amasiamento, isso não interessava a Carlos Jansen.<sup>5</sup>

Mas toda novela precisa, na constituição de sua trama, de um elemento de contraponto aos personagens carregados de positividade, que com sua presença personifique a maldade, real ou potencial.

<sup>5</sup> Sobre família escrava, ver: FLORENTINO; GÓES, 1997; GUTERRES, 2005; MATTOS, 1997; PETIZ, 2009; PINTO, 2012; SLENES, 1999; MATHEUS, 2016.



Pois esse personagem é representado por um africano escravizado, que vivia na fazenda de Jacinto. Em algumas tramas literárias policiais, os autores jogam justamente com o engodo de apresentar alguém cujas características físicas, psicológicas e comportamentais inclinam o público leitor ao qual se dirigem a julgá-lo, à priori, como um suspeito. Na sequência da trama, porém, percebe-se que a aparência do personagem apenas desviou o olhar do leitor do verdadeiro criminoso. Isso, porém, trai o próprio autor e o público que ele deseja para si, já que essa verossimilhança quanto à culpabilidade de um indivíduo se baseia em pré-conceitos compartilhados.

O irmão de Ivo *cevava um mate* para os visitantes, mas foi substituído nesta tarefa pelo nagô César. César foi imediatamente descrito, antes mesmo de ser nomeado, como um *negro alto e de má catadura*: “Com efeito não me lembro de ter visto uma fisionomia tão antipática, tão carregada, como a do negro nagô que estava diante de nós, de braços cruzados” (JANSEN, 2015, p. 47). Interessante que, aparentemente, Jansen explicita a etnia de César – nagô – antes mesmo de ser apresentado a ele, indicando que esse escravizado talvez complementasse sua *má catadura* com marcas de nação, escarificações rituais produzidas em sua comunidade africana e que na diáspora transatlântica o marcavam, singularizando seu pertencimento étnico e racial. Evidente que o alemão Carlos Jansen poderia estar projetando no personagem o imaginário que a sociedade escravista tinha sobre os nagôs, indivíduos provenientes da área do Reino de Daomé, na costa atlântica africana, conhecida como Costa da Mina e falantes do ioruba<sup>6</sup>. Percebendo o desconforto de seus hóspedes, o fazendeiro Jacinto faz questão de esclarecer a absoluta confiança que depositava no nagô César:

[...] A má catadura de César disfarça os bons e fiéis serviços que me prestou durante a revolução, e mais tarde a meu filho nos seus estudos em São Paulo. Há muito podia ter-lhe dado a carta de liberdade, mas prefere conservar-se ao meu serviço, até que, depois da minha morte, ele e todos os outros escravos fiquem forros, como já determinei no meu testamento. Basta, César, podes ir-te embora. Cuida-me bem do churrasco; que venha assado em regra. (JANSEN, 2015, p. 47).

Ouvindo isso, Carlos se preocupa e indaga se Jacinto não achava perigoso “revelar assim diante deste escravo as suas disposições testamentárias?”. Ao que o fazendeiro retruca tranquilo: “- Que importa? [...] César é o meu único escravo africano, mas veio tão novo ao meu poder, que posso ter nele tanta confiança,

<sup>6</sup> João José Reis destaca que os nagôs – etnia hegemônica em Salvador na segunda metade do oitocentos – vinham de uma situação africana marcada pela heterogeneidade política e mesmo cultural, marcada pela submissão a diferentes reinos, os quais se atritavam entre si. Entretanto, no *exílio brasileiro* uma “combinação de experiências traumáticas” os irmanavam, além de “língua e mitos de origem comuns” (REIS, 2019, p. 70).

como nos outros que nasceram e foram criados no sítio”<sup>7</sup>. Luís, sentado em um balanço, dá a dica de como prosseguiria a trama para os incautos leitores: “No Padre Nosso se diz: Livrai-nos de tentações!” (JANSEN, 2015, p. 48). Ainda em outro momento, a agressividade de César chama a atenção dos hóspedes Luís e Carlos, quando ele – *o negro mal-encarado* –, espanca *armado com um pelego* a cabeça de um cavalo *redomão*, atado em um *palanque*<sup>8</sup> (JANSEN, 2015, p. 59). Novamente o fazendeiro Jacinto defende o seu escravizado, argumentando que esse uso do pelego diminuía o trabalho do domador e os suplícios do próprio animal. Em outro momento, descrevendo de forma muito rica o trabalho e a sociabilidade que se desenrolavam na atafona da fazenda, novamente o nagô César merece negativo destaque: “Contraste singular com este belo grupo oferecia o negro César à boca do forno, com a carapinha e a escassa barba polvilhadas de pó de farinha, o que lhe tornava ainda mais repulsiva a feia catadura”. (JANSEN, 2015, p. 72).

\*

O sociólogo Gilberto Freyre foi um dos primeiros pesquisadores a chamar a atenção da potencialidade para as pesquisas sobre a escravidão dos anúncios publicados nos jornais a respeito da fuga de cativos. Segundo ele, os breves textos desses anúncios se caracterizavam pela linguagem exata, clara e franca, e já que os senhores queriam seus escravos de volta descreviam-nos pormenorizadamente. Em suma, era uma “linguagem de fotografia de gabinete policial de identificação: minuciosa e até brutal nas minúcias. Sem retoques nem panos mornos” (FREYRE, 1979, p. 26). Freyre chama a atenção de que não encontrou entre os anúncios de fuga pesquisados “catimbozeiros ou bruxos” caracterizados como tais:

Apenas alguns são apresentados como pretos tão feios de feições, tão corcundas ou aleijados das costas, tão tronchos das pernas, tão apalhetados dos pés, tão esfumaçados nos olhos, tão “carregados de semblantes”, tão tortos das bocas, tão monstruosos de corpo, que diante deles nos vem a suspeita: talvez fossem africanos dados a artes negras trazidos da África para o Brasil; nos navios negreiros. Talvez fossem feiticeiros - dos que matavam e aleijavam brancos inermes com seus feitiços ou suas artes. E que

7 O fato de Jansen registrar que o personagem deste africano nagô veio *novo*, encontra respaldo em pesquisas recentes, que apontaram o aumento do número de infantes ou moleques no tráfico transatlântico nas primeiras décadas do século XIX, em parte como resposta aos graduais limites à vinda de africanos escravizados e incentivo para a reprodução endógena (FRAGOSO; FORENTINO, 1987; FLORENTINO; VILLA, 2016; BERUTE, 2006). Mas não podemos evitar de pensar que Jansen também ficcionalizou essa vinda imberbe do nagô César para evitar que seus leitores pensassem na possibilidade dele ter sido trazido ilegalmente, após as legislações de 1831 e 1850, assunto naquela época bastante delicado. (CHALHOUB, 2012; MAMIGONIAN, 2017; RODRIGUES, 2000; MOREIRA, 2019, 2019a).

<sup>8</sup> Redomão: “Diz-se do cavalo novo que está sendo domado, tendo sofrido poucos repasses, não estando, ainda, bem manso” (BOSSLE, 2003, p. 438).

não furtávamos ao pendor de associar ao feiticeiro ou à bruxaria dessa espécie aquelas africanas com aparências de “mouras troças” e aqueles negros com o aspecto de “negros do surrão”, consagrados pelo folclore da nossa gente como terríveis mestres de catimbó: conhecedores de ervas venenosas e de pós misteriosos. (FREYRE, 1979, p. 77).

Não é à toa que Gilberto Freyre mencione a *linguagem de fotografia de gabinete policial* em seu livro, pois ele parece estar estabelecendo, neste trecho e em outros de seu livro, uma correlação prévia entre fisionomia e características psicológicas e mesmo étnico-raciais. Afinal, por que escravizados *tão monstruosos de corpo* seriam automaticamente associados a profissionais da cura e da religião, causando medo e apreensão? É provável que Freyre estivesse encontrando nos anúncios o reflexo do medo da sociedade branca e livre quanto aos seus *inimigos domésticos* ainda escravizados ou recém egressos do cativeiro. Ou seja, acriticamente, Gilberto Freyre interpretava as fontes jornalísticas através do imaginário das autoridades e das elites brancas, “construído a partir do medo ou da insegurança suscitada pelos conflitos reais ou simplesmente potenciais” (AZEVEDO, 2008, p. 31).<sup>9</sup>

Não sabemos ao certo, mas é provável que Carlos Jansen tenha lido uma novela lançada cerca de dez anos antes do que a dele. Admirador das experiências que envolviam o magnetismo e o espiritismo (um dos *ismos* que tanto atraíam e moldavam a geração de 1870) (ALONSO, 2002), o médico Joaquim Manuel de Macedo estabeleceu na novela *Vítimas Algozes* (de 1869) uma ligação entre a versão científica do magnetismo e o empirismo *ignorante* dos feiticeiros negros. Quando o feiticeiro Pai-Rayol – “que conhecia a influência do terror” – convenceu a escravizada Esméria para que seduzisse o seu senhor, intimidou-a, matando com o olhar uma ninhada de pintos.

O Pai-Rayol não tinha ideia alguma do magnetismo; mas extraordinariamente dotado de força magnética que só empregava para fazer mal, sabia que lhe era fácil servir-se do olhar, adjetivo que exprime uma realidade que, por inexplicável à ignorância, põe em tributo de quiméricos temores a imaginação dos supersticiosos. (MACEDO, sem data, p. 177).

Os poderes satânicos deste africano escravizado se expressavam em seu corpo, em uma descrição muito semelhante àquela de Gilberto Freyre, como vimos acima. Pai-Rayol tinha entre 30 e 36 anos e chegara ao seu quinto senhor, sendo um dos últimos cativos importados da África.

<sup>9</sup> Sem receio de cometer anacronismo, percebemos que este medo, alimentado e baseado em preconceitos sociais e raciais, sustenta até hoje no Brasil processos de exclusão, repressão e mesmo de extermínio (SILVA, 2018; CUNHA, 2002; CARNEIRO, 2011).

[...] homem de baixa estatura, tinha o corpo exageradamente maior que as pernas; a cabeça grande, os olhos vesgos, mas brilhantes e impossíveis de se resistir a fixidade do seu olhar pela impressão incômoda do estrabismo duplo, e por não sabermos que fruição de magnetismo infernal; quanto ao mais, mostrava os caracteres físicos da sua raça; trazia porém nas faces cicatrizes vultuosas de sarjaduras recebidas na infância: um golpe de azorrague lhe partira pelo meio o lábio superior, e a fenda resultante deixara a descoberto dois dentes brancos, alvejantes, pontudos, dentes caninos que pareciam ostentar-se ameaçadores; sua boca era, pois, como mal fechada por três lábios, dois superiores e completamente separados, e um inferior perfeito: o rir, aliás muito raro desse negro, era hediondo por semelhante deformidade. (MACEDO, sem data, p. 141/142).<sup>10</sup>

Os exemplos acima, de Jansen, Freyre e Macedo, parecem apontar para personagens degenerados, deformados em sua fisionomia em decorrência da escravidão e da raça. Essa alteridade *degenerada*, composta pelo medo e pelo preconceito, exercia um papel importante na autodefinição das classes médias brancas, sendo óbvio que a degeneração “era menos um fato biológico, do que uma figura social” (McCLINTOCK, 2010, p. 80-82). Note-se que as descrições extrapolam a questão da cor da pele, sendo a alteridade exagerada através da descrição de um tipo físico corrompido. As deformidades daqueles corpos africanos escravizados justificam a estigmatização de seu comportamento e as expectativas do narrador e dos seus leitores brancos quanto a suas más ações.<sup>11</sup>

Em seu último livro, o historiador João José Reis (2019) defende que muitas das normativas implementadas para o controle dos trabalhadores e trabalhadoras que ganhavam a vida no espaço urbano de Salvador, na segunda metade do oitocentos, faziam parte de projetos das elites que envolviam desafricanizar o Brasil, seja pelo medo do ativo comunitarismo afrodiaspórico, seja pela hegemonia dos planos de embranquecimento nacional, sendo os africanos aqueles vistos como os mais *pretos* entre os negros brasileiros.

Quando dizemos que o professor alemão Carlos Jansen traduz em seu livro sentimentos e preconceitos de seus semelhantes, estamos pensando na circulação de ideias entre estes letrados, mas também nas experiências rotineiras que eles tinham naquela sociedade imperial, ainda fortemente escravista. Enquanto ainda morava em Porto Alegre, Jansen certamente teve muitos contatos, de diferentes maneiras, com os escravizados, africanos e crioulos, que habitavam a capital da província sul-rio-grandense.

<sup>10</sup> Também na novela Fantina, publicado em 1881, encontramos a descrição do *pai* Joaquim, “um tipo africano dos mais repugnantes; sem dentes, de beiços muito caídos e grossos, pernas tortas e pés de uma deformidade fantasiosa” (BADARÓ, 2019, p. 100). Alcinchado de *feiticeiro*, ele fazia “cair o cabelo e apodrecer as unhas” de seus inimigos.

<sup>11</sup> Pensando nestas questões para períodos posteriores ao analisado neste artigo, ver: CUNHA (2002).

No mês de março de 1865, por exemplo, foi morta com um tiro de bacamarte, dona Ana Ferreira Maciel, quando esta estava mansamente observando a vizinhança da janela de sua casa, na rua de Bragança (atual Marechal Floriano), no centro de Porto Alegre. As investigações apontaram como mandante do crime a pernambucana e viúva de um militar, Amélia Accioli Pinheiro, que tinha pretensões afetivas com o marido da assassinada. O executor, que disparou o tiro à queima roupa, foi o escravizado pedreiro Venâncio, natural da Ilha de Santa Catarina (MOREIRA, 2016). Segundo os autos judiciais, Amélia contratou o *preto feiticeiro* Sete Cabeças (assim Venâncio foi chamado por várias testemunhas) para fazer um *trabalho*, o qual aparentemente não deu certo. O capitão reformado do Corpo Policial Sebastião Maria Ricalde sabia que Venâncio tinha o apelido de *sete cabeças*, “por causa de sua enorme cabeça”. Durante a investigação, o Juiz Municipal mandou que fosse feito um auto de busca e apreensão na casa de Amélia, durante o qual, sendo feita minuciosa busca:

[...] em todas as salas, quartos, gavetas e baús, encontrando dentro de um baú dois bilhetes escritos a ré Amélia, uma bengala atrás de uma porta, e dentro de um pequeno saco de chita, que se achava atrás da porta do quarto da varanda, pendurado na chave da mesma porta, um pano pintado de cores, representando um painel de diversos objetos, uma figura de pau e uma pequenina esteira com mancha de sangue no centro, e dois búzios, um em cada ponta da mesma esteira, achando-se pegado a dita mancha de sangue uma pena de ave.

Não nos alongaremos neste caso envolvendo feitiçaria/religião e homicídio, mas cabe mencionar que duas testemunhas acompanharam o auto de busca e apreensão acima, Antônio de Azevedo Lima Filho e Carlos Jansen, ambos funcionários públicos, o primeiro amanuense da Secretaria da Assembleia Provincial<sup>12</sup> e o segundo envolvido em questões de imigração<sup>13</sup>. Seja nesse momento específico de busca e apreensão, observando como curioso os depoimentos dos envolvidos, ou mesmo conversando com advogados, juízes e policiais, certamente muitos deles seus vizinhos, amigos ou leitores/assinantes dos jornais que ele editava, Jansen deve ter colhido vestígios sobre as práticas religiosas de matriz africana e dos especialistas que as colocavam em prática. Talvez a cabeça grande do pedreiro catarinense

<sup>12</sup> Nomeado por provisão de 23.01.1865 (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Fazenda, código F-333 a F-335).

<sup>13</sup> Em Porto Alegre, Carlos Jansen atuou como professor no Colégio Porto Alegre e na Escola Militar. Jansen aparece desde o ano de 1857 recebendo remuneração do governo provincial por vários cargos voltados para a imigração: “Redator e Editor da folha alemã que se publica nesta cidade a prol da colonização” (1857 e 1858), amanuense-intérprete da Inspeção Geral da Colonização (1857), membro da comissão encarregada da liquidação do débito dos colonos (1859) e também foi Inspetor Geral das Colônias interino.

Venâncio lhe tenha influenciado na caracterização da *mã catadura* do nagô César, ou tenha *comprovado* empiricamente os seus pré-conceitos envolvendo fisionomia e comportamento delituoso.

De volta a *O Patuá*, a trama da novela envolve uma discussão entre crença e superstição, com os dois hóspedes atuando como representantes de uma racionalidade urbana, enquanto o fazendeiro Jacinto mostrava-se crédulo em várias formas de tratamento. O fazendeiro Jacinto conta de uma vez, ainda menino, quando teve uma séria hemorragia, decorrente de um acidente com a sua própria faca. Todos os remédios à mão foram usados – sal, isca, teia de aranha –, mas apenas quando uma *china velha*, que morava nas vizinhanças, foi chamada e pondo-se “de cócoras [...] murmurou algumas frases incompreensíveis, enquanto brandamente apertava nas mãos enrugadas o pé ferido”, é que a hemorragia cessou (JANSEN, 2015, p. 59). Como os hóspedes insistissem na dúvida, Jacinto levou-os em uma manhã chuvosa a estrebaria para uma prova final. Lá encontraram o africano César tratando de um cavalo, que se ferira ao saltar uma cerca. Nenhum remédio havia sido usado e a ferida “se havia bichado”. Visando “oferecer-lhes uma prova irrefragável de cura por meios simpáticos”, Jacinto mandou que César trouxesse o *rosário*:

O rosário nada tinha de comum com o de beatas. Compunha-se simplesmente de garras enfiadas. César lançou-o ao pescoço do cavalo. [...] Não haviam decorrido três minutos, quando os bichos principiaram a deixar a ferida; a princípio, isoladamente; depois, aos três ou quatro; por fim em grupos compactos. Ao cabo de sete ou oito minutos a ferida estava completamente expurgada. (JANSEN, 2015, p. 81).

Pouco clara fica a descrição do rosário composto de garras, mas também neste caso o indivíduo com conhecimento e acesso ao sobrenatural era um não-branco. A repulsiva figura do africano nagô César parece ser um elemento cênico necessário para que Jansen introduza o assunto da feitiçaria e da benzedura.

No mesmo capítulo do caso do rosário de garras, a jovem Glaura (que tinha 16 anos) mostra sinais de ter tido insônia e justifica dizendo que sonhara que seu pai havia sido morto pelo vizinho Roberto. Uma premonição, sem dúvida, pois logo após, um *tigre* aparece nas redondezas e vizinhos e escravizados vão armados atrás da fera. Durante a caçada, um tiro fura o chapéu de Jacinto, que desconfia ter sido desferido pelo vizinho desafeto Roberto.

Os personagens Carlos (Jansen) e Luís retornam para a cidade, pois tinham uma reunião política agendada. Algumas semanas depois, Jacinto concorda com o casamento entre a sua filha e Luis, e Glaura e a sua tia vão à cidade visitar a família de Carlos Jansen. Quatro semanas após a chegada de Glaura a Porto Alegre, chega na cidade a notícia de que seu pai Jacinto fora assassinado, vítima de um tiro,

quando providenciava a retirada da cerca entre a sua propriedade e a de Roberto, conforme lhe permitia a sentença judiciária a seu favor. Entretanto, as suspeitas não recaiam sobre o vizinho desafeto. Na noite anterior ao crime, o fazendeiro castigara César, por esse estar bêbado: “De volta entre os parceiros, havia o negro exclamado enraivecido: ‘O diabo o tentou outra vez, mas numa há de pagar por todas!’”. Como na manhã do crime César saíra com seu senhor logo cedo, já que era seu cativo de confiança, todos da estância lhe imputaram o crime: “Meteram o negro no tronco, onde sem cessar ele protestava ser inocente e lamentava em altos gritos a morte de seu ‘bom senhor’” (JANSEN, 2015, p. 92).

Devido à importância política do falecido, o próprio Chefe de Polícia da província foi até o local do crime, acompanhado do respectivo subdelegado, de um destacamento policial e de um médico, para realizar as investigações e o auto de corpo de delito. A mágoa provocada pelo crime fez com que o pertencimento racial do criminoso fosse continuamente acionado, passando ele a ser o *negro maldito* César. Anunciando que o desfecho daquela narrativa romântica e policiaesca poderia surpreender os leitores, o personagem-narrador Carlos Jansen alerta seu amigo Luís: “Ao procurar o criminoso [...] é sempre perigoso deixar-se guiar por ideias preconcebidas sobre certos e determinados indivíduos”, ao que seu colega responde que: “É certo que não o indigitaria como tal só pela sua torva figura”, mas o castigo injusto talvez o tenha provocado demasiadamente e ele “resolve vingar-se finalmente das asperezas periódicas do senhor” (JANSEN, 2015, p. 94). O Chefe de Polícia parece não gostar da autoria do crime recair em um escravizado, ao que Luís diz: “Bem sei que você preferiria que o culpado *não fosse culpado*, porque muitos senhores receberão a notícia como ferro em brasa nas carnes” (JANSEN, 2015, p. 94).

Em sua tese defendida em 2003, na Unicamp, e publicada em 2010, a historiadora Elciene Azevedo destaca a formação de uma opinião pública ao longo da segunda metade do século XIX, no Brasil, se não completamente antiescravista, mas visivelmente embaraçada da vigência daquela forma de trabalho compulsório. Depois de descrever e analisar algumas histórias retiradas de documentos judiciais, Elciene Azevedo afirma:

O mais importante, no entanto, é que essa e outras histórias contadas aqui deixam patente como os escravos, longe de se colocarem de forma passiva diante do direito, à espera de que homens ilustrados os arrancassem da escravidão, tiveram uma percepção muito acurada do momento em que viviam e dos paradoxos que a Justiça brasileira enfrentava em relação ao seu estatuto jurídico. [...] Compartilhavam a noção de que alguns dispositivos legais pensados para coibir a violência e manter a disciplina podiam, em algumas circunstâncias, ser revertidos e talvez melhorar suas condições de vida. O tribunal não era espaço de unanimidades, sobretudo em relação à execução da pena de morte, e os escravos souberam avaliar isso. Era uma aposta perigosa, mas alguns, ao que parece, escolheram tudo a viver na escravidão. (AZEVEDO, 2020, p. 85).



O jornalista e engenheiro Luís foi quem assumiu o papel de detetive, acompanhando detalhadamente a investigação e desde logo notando que o vizinho Roberto seguia tudo com atenção, sempre com a mão no peito como se segurasse algo e tendo o rosto às vezes deformado por um *sorriso sarcástico*. Após o exame do corpo, foi interrogado César, que esfregava “as juntas que no tronco se lhe tinham inchadas” e mostrou-se relutante em depor, dizendo: “Que serve ao negro dizer verdade ou mentira, quando dizem que ele foi quem matou? A palavra do negro vale menos do que um *matungo*<sup>14</sup> morto”. César admitiu ter sido castigado por seu senhor, mas considerava o castigo justo e leve: “Mas não foi nada: duas ou três lambadas”. Quanto a ter dito a seus parceiros escravizados que se vingaria, César disse: “Palavras do negro são como o vento, passam e não valem nada” (JANSEN, 2015, p. 96). Carlos Jansen usava seus personagens para exteriorizar suas opiniões sobre os tipos sociais e raciais que ele passou a conviver no Brasil, colocando na boca daquele nagô de tipo *repulsivo*, um discurso que defendia a gratidão dos escravizados às alforrias recebidas de seus *benevolentes* senhores:

Para que me servia a liberdade – continuou o escravo – se meu senhor não vivia mais e eu não ficava na estância e Sinhá Glaura não me levava? Se quisesse ficar livre, podia ficar, quando trouxe de São Paulo o caixão com o corpo de sinhô Alfredo. Nhonhô Jacinto ofereceu a carta, mas eu não quis. Há tantos libertos que vivem na miséria. Demais, não podia viver sem meu senhor. Agora está morto, e César há de ser quem matou (JANSEN, 2015, p. 98).

Durante o auto de corpo de delito, uma prova que pesava contra César foi que o pano que servira de bucha da bala disparada, provinha de um lenço (com “ramagens amarelas sobre um chão encarnado”) que foi identificado como de sua propriedade. O resto do lenço foi encontrado em uma cerca de maricá, ponto de onde o criminoso disparara a arma de grosso calibre que provocou a morte do fazendeiro Jacinto. César admitiu que o lenço lhe pertencia e que no dia anterior, após lavá-lo, o colocara na cerca de maricá para secar e esquecera de buscar. Quanto a tê-lo usado no crime, o escravizado foi categórico: “O lenço é meu; mas eu não teria rasgado o meu melhor lenço” (JANSEN, 2015, p. 98). Pouco a pouco, os brancos presentes, incluindo as autoridades, passaram a se inclinar para a inocência do nagô:

O magistrado abandonara completamente a ideia de achar em César o assassino de Jacinto. O castigo não fora tão severo que pudesse dar lugar a crime tão atroz. A carta de liberdade pouco valor tinha para o negro, fato que é comum entre os escravos do serviço doméstico. Talvez fosse ele capaz de cometer um assassinato, mas nunca rasgaria para isso o seu lenço, uma parte de sua diminuta propriedade (JANSEN, 2015, p. 98).

<sup>14</sup> Matungo: “Cavalo velho, ruim, sem préstimo” (BOSSLE, 2003, p. 331).



Todas estas sucessivas cenas detetivescas narradas acima, eram observadas atentamente pelo vizinho Roberto, o qual por vezes era percebido dando discretos sorrisos irônicos e sempre trazendo a mão perto do peito, como a segurar algo que trazia pendurado ao pescoço, “preso a um cordão preto”. Desistindo de suas suspeitas com relação ao preto nagô, Luís, num rompante, salta por cima da mesa que o separava do vizinho suspeito e arranca do seu pescoço o cordão, “a que se achava preso um amuleto” – “Quando Roberto viu o *patuá* na mão de Luís, os olhos se lhe dilataram de modo medonho; seu corpo agitou-se convulsivamente, e, caindo de joelhos, exclamou com voz cava: - Estou perdido!” (JANSEN, 2015, p. 99). Aproveitando o momento de confusão e fraqueza daquele indivíduo, o Chefe de Polícia exigiu dele uma “confissão sincera e completa”, que abrandasse a “justiça de Deus e a dos homens”. Roberto, então, confessou ter assassinado o fazendeiro Jacinto. O agora réu contou de seus vários dissabores com o vizinho e de como acumulara mágoas e que, se não praticasse o homicídio enlouqueceria, acrescentando:

Todavia, talvez não cometesse o assassinato, se ontem a minha caseira não me houvesse dado o *patuá*, que contém uma carta de Jesus Cristo caída do céu, a qual protege aquele que a traz ao peito. Agora o perdi e estou perdido. (JANSEN, 2015, p. 100).

Roberto confessou que ouviu Jacinto contar que alforriara seus escravos em seu testamento e o comentário de Luiz de que isso atiçaria a sanha dos cativos por ver seu senhor morto o quanto antes. Também sua caseira lhe contou que o preto nagô tinha sido castigado e daí ele percebeu que essa era a ocasião para cometer o crime perfeito, já que o africano é que seria imputado réu e condenado. Com o réu recolhido a um local seguro e guarnecido por dois policiais, os demais conversaram sobre a “superstição grosseira” que estimulava o crime. Dentro do *patuá*, foi encontrada a *carta de Cristo*:

Era uma dessas epístolas do Redentor, compostas por sacerdotes fanáticos ou especuladores, que infelizmente ainda fazem tantas vítimas entre o povo ignorante. A carta do céu prometia proteção contra incêndios, temporais, epidemias, peste, fome, prisão e qualquer martírio do corpo; era um passaporte universal, não só para a terra, como para o céu, e apenas custava dois mil-réis e uma missa anual. – No grande tráfico com deus, a bula dos papas representa o comércio por atacado, e estas cartas constituem o ramo a varejo, disse Luís. – E ter a certeza de que tal sandice custou a vida de um homem nobre e generoso; é horrível! (JANSEN, 2015, p. 101).<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Novamente Carlos Jansen dialoga com os medos de seus leitores, mesmo que não deixe isso explícito. Muito provavelmente, sua crítica a ação de *sacerdotes fanáticos ou especuladores*, que faziam inúmeras vítimas entre o *povo ignorante*, era eco do recém debelado movimento messiânico dos Mucker, que envolveu famílias de imigrantes alemães na vizinha zona colonial de São Leopoldo. (DICKIE, 1996; AMADO, 2003).

A cúmplice do crime, a caseira china (que nem é nomeada, já que a descrição racializada que a visibilizava já era suficiente para o romancista descrever a personagem para seus leitores) ajuda o criminoso a escapar, mas o nagô César, que tomara para si a vigilância do assassino de seu senhor, tudo assistia. Roberto se recusa a fugir sem gozar a proteção do patuá, e a sua *companheira* (aqui o autor insinua que a *caseira* também era sua amásia) rouba o objeto e assim o réu se joga ao rio, procurando atravessá-lo a nado para a outra margem, onde um cavalo o esperava encilhado para que pudesse fugir.

“Incontinente, o negro [César] deu sinal de alarme, denunciando a direção em que o assassino se evadira” (JANSEN, 2015, p. 102). Os soldados da polícia, que em vez de vigiarem o preso, estavam se aquecendo na atafona, correram, mas ninguém conseguiu interceptar Roberto, que se afastou nadando pela lagoa. Pistolas foram descarregadas, mas nada retardou ou impediu a fuga, a ponto do criminoso parar de nadar e gritar que as balas não o molestariam, pois estava como o seu patuá. Nesse momento, da margem, Luís gritou que o homicida estava com o seu patuá, mas que o mesmo estava vazio, já que a carta de Cristo fora tirada de seu interior. Percebendo que isso era verdade e que ele se achava desamparado, o assassino “soltou uma imprecação feroz, submergindo-se para só reaparecer sem vida”. Voltando para junto do cadáver do fazendeiro Jacinto, Luís declamou: “A superstição matou-te; a superstição vingou-te!” (JANSEN, 2015, p. 103).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaquemos que a novela-folhetim de Carlos Jansen tem um teor de romance policial, através de um contexto permeado de tensão e sedução, a descrição de potenciais criminosos, a ocorrência de um episódio criminoso e a investigação decorrente do mesmo. Lembremos que o século XIX viu nascer o romance policial (que muitos defendem ter n’Os Crimes da Rua Morgue, escrito por Edgar Allan Poe em 1841, o seu batismo), estilo muito apreciado pelas classes médias urbanas, que viam ali a vitória da perspicácia e da inteligência, tendo como base a ciência e a dedução lógica.<sup>16</sup>

Os dois personagens principais da novela O Patuá, publicada em 1878 por Carlos Jansen, manifestam esforços de diferenciação dos *inferiores*, pelos hábitos ligados ao trabalho, assumindo-o como algo isento de uma absoluta subordinação e dura rotina, mas também se deleitando e expondo gostos literários e musicais de matriz eurocêntrica. O Velho Mundo é apresentado como o berço da cultura, de onde emanavam hábitos culturais que ajudavam a estabelecer distinções classistas e raciais. Aliás, pela trama do romance-folhetim, a plena degustação e entendimento da alta cultura europeia carregava também

<sup>16</sup> Ver: BOILEAU; NARCEJAC, 1991; MANDEL, 1988; POE, 1944; REIMÃO, 1983; GINZBURG, 1989.

um crivo de gênero, já que cabia aos homens letrados garantir o difícil acesso a essa cultura para as mulheres. Ou seja, o ethos dos letrados envolvia a ostentação de uma erudição eurocêntrica, a defesa da ciência em detrimento da superstição, uma certa ironia (às vezes simpática, por outras francamente preconceituosas) quando da observação da credence camponesa e popular. Os personagens Carlos e Luis tinham uma forma específica de interpretar o *evangelho do trabalho*, vendo os labores e os mundos do trabalho de forma a afirmar a sua hierarquia e prestígio. Eram homens brancos e livres em uma sociedade que, além de ainda escravista, era profundamente desigual social e racialmente.

Na parte já citada, em que Luís *com ar majestoso* estende as pernas para que o *moleque* Ivo limpe as suas embarradas botas, mesmo que o trecho quisesse transmitir certa ironia, percebemos o orgulho de ser servido, elemento intrínseco do ethos senhorial daqueles setores médios remediados, letrados e não-negros.<sup>17</sup> Em outra parte, também já citada nesse artigo, em que o preto mal-encarado doma um *magnífico tordilho de couro negro*, usando de extrema violência, um dos personagens comenta: "Mais um escravo neste mundo de Cristo!", associando subjugação e cativo, mesmo que estivesse, no caso, tratando de um animal cavalariço e não de um ser humano escravizado. Logo no início da novela, o personagem Luís, ao terminar as tarefas obrigatórias para que o próximo número do folhetim político que editava estivesse pronto, afirmou suspirando: "o escravo cumpriu com o seu dever, o poeta pode divagar", mostrando o ócio e o desfrute literário como itens de diferenciação com os escravizados e mesmo com os demais setores subalternizados.

Além disto, propugnar a dependência dos egressos do cativo com os ex-senhores e advogar a sua permanência nas antigas fazendas, onde trabalharam compulsoriamente por anos, como uma forma de retribuir o *carinho* da família senhorial, era um eufemismo hipócrita frequente entre os abolicionistas brancos. Não se aventava da falta de alternativas de vida e trabalho para esses trabalhadores quando livres, a inexistência da reforma agrária, etc. (TRINDADE, 2004).

A suposta *inexorabilidade* na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil foi mais projeção das elites, uma ideologia – a da construção da nação – que produzia discursos sobre a substituição da mão-de-obra. Escravos, africanos e crioulos seriam substituídos por trabalhadores livres, imigrantes europeus. Indolência e atraso por tecnologia e aptidão; forjava-se a ideologia do trabalho livre no Brasil criada sob os símbolos da *civilização* e do *progresso*. No imaginário das elites e nos projetos imigrantistas, *África*, *escravidão*, *escravo* e *o negro* eram associados à *barbárie*. (NEGRO; GOMES, 2006, p. 227).

<sup>17</sup> GRAHAM, 1992; MATHEUS, 2016; MUAZE, 2018; SOUZA, 2017; TELLES, 2013.

A moral do livro de Jansen aponta para a necessidade dos senhores manterem seus escravos dependentes depois de libertos – metamorfoseados em trabalhadores livres fiéis e obedientes – e de como a estratégia ligada à promessa de alforria com a morte de seu proprietário – quando bem aplicada, preferencialmente a cativos de confiança –, poderia gerar bons frutos ao retardar ao máximo a emancipação, garantindo bons serviços durante anos, antes e depois da efetiva libertação. Além disso, concordando com discursos muito ouvidos no período, Jansen alerta para o despreparo dos escravos para a liberdade, os quais, rompendo em absoluto com os seus senhores (e protetores), cairiam fatalmente na miséria, no crime e na prostituição.<sup>18</sup>

Mesmo que as credices fossem, na novela, um sentimento constante em praticamente todos os habitantes daquele mundo rural (mesmo que não muito distante da “cidade”), as suas efetivas práticas eram exercidas por não-brancos, um preto africano e uma indígena (*china*). Se nós podemos ler esses trechos, hoje em dia, como um reconhecimento por parte daquele romancista dos conhecimentos acumulados por essas categorias discriminadas racialmente, o mais correto talvez fosse separar crenças e práticas. Os brancos podiam até aceitar que usufruíam ou eram beneficiados por esses exercícios mágico-religiosos, mas eles não se imiscuíam nessas práticas. Pensar que não-brancos (índios e negros) manejavam esses saberes era reflexo de que essas práticas eram percebidas mais como do mundo natural do que do cultural.

O personagem-autor Carlos, ao contrário de seu amigo e colega de trabalho Luís, mostrava-se bem adaptado em certas lidas e atividades que o inseriam positivamente no meio rural. Sabia montar a cavalo com destreza, atirava e caçava habilmente, certamente qualidades advindas de sua vida de “nobre” bastardo na Prússia, mas também de sua trajetória como militar-mercenário. Carlos Jansen era filho bastardo de um militar com uma nobre prussiana e isto pode ter marcado o seu deslocamento para o Novo Mundo. Dotado de capital cultural consistente, ele desembarcou mercenário e intelectual. Depois de dar baixa do Exército, ele trouxe para a vida paisana as suas relações fardadas, e os seus dotes intelectuais e sociais permitiram que ele ocupasse cargos na burocracia provincial, ocupada (e

<sup>18</sup> Nas vésperas da abolição, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul expediu ofício ao Chefe de Polícia a “respeito da libertinagem entre os indivíduos que foram tirados a vil condição de escravos”, defendendo medidas enérgicas contra os libertos transformados em vadios: “Assim, ao passo que escasseiam os braços para os trabalhos de criação e lavoura, o serviço doméstico acha-se também completamente desorganizado, a vadiagem progride desenfreadamente; o abuso da aguardente marcha a par com a degradação moral; a prostituição toma proporções inquietadoras e o pauperismo aumenta com esse grande número de indivíduos que, lançados de choque em um meio muito diferente daquele em que viviam e cercados de novas e urgentes necessidades, estrapam-se pela maior parte na orgia, vegetando em lastimável miséria, onde fatalmente perecerão, arrastando a sua descendência.” (Museu de Comunicação Social Hypólito da Costa - Jornal Mercantil, 20.08.1887, artigo Os Emancipados).

desorganizada) com a crescente imigração europeia. Assim, essa breve análise que fizemos de Carlos Jansen ajuda-nos a perceber a mentalidade de um grupo social intermediário, formado de homens de letras, muitos deles inseridos na estrutura burocrática do Estado Imperial. Esses homens ocupavam-se, geralmente, do serviço público (permanente ou ocasional), da publicação de periódicos, de ofícios relacionados a educação. Posicionavam-se altaneiros com relação ao trabalho manual e mesmo com categorias profissionais assalariadas, subordinadas diretamente a um patrão.

Quando pensamos o público receptor dos livros, temos que considerar que os autores não pensavam, muito provavelmente, em uma ampla divulgação. Ao escreverem tinham em mente um público reduzido, uma elite letrada, livre, branca ou socialmente não-negra, que se identificaria com os personagens que protagonizavam as tramas literárias. Tratava-se do exercício de uma “arte de persuadir”, voltada para um público de leitores assemelhados por hábitos e gostos ao escritor da novela (HARTOG, 1999, p. 315). Assim, as alteridades construídas nessa novela estão permeadas de preconceitos sociais e raciais.

Considera-se como *preconceito racial* uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é *de marca*; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é *de origem*. (NOGUEIRA, 2006, p. 292).

Os dois personagens principais não são descritos fisicamente, o autor apenas os apresenta com sucessivas demonstrações de erudição literária e musical, ligadas sempre ao universo cultural europeu. Isso visava, sem dúvida, aproximá-los do público que Carlos Jansen visava atingir, leitores letrados ou que ambicionavam sê-lo. Insígnias de uma branquitude que se afirmava pelos privilégios que detinha, pela etiqueta social com que se guiavam e pelos gostos culturais que, mais do que usufruíam, ostentavam. Interessante pensar que o livro de Carlos Jansen foi publicado quase ao mesmo tempo em alemão e português, assim, pressupomos que ele (até por estar já inserido na sociedade brasileira) não queria se apresentar como um outsider, até porque já havia se naturalizado, adquirindo a cidadania política. Isso nos ajuda a entender porque ele construiu dois personagens que atuavam como suas personas literárias – Luiz (supostamente um engenheiro nacional) e ele próprio (um imigrante alemão). Com esse artifício de uma dupla personalidade literária ele contentava o público nacional, mas reservava para si o emblema positivo de europeu, uma espécie de *branco mais branco* do que os demais:

O branco imigrante, ou mais concretamente, o italiano e o alemão são mais valorizados do que o português. Se compararmos o branco italiano ao português, o italiano será considerado mais branco, branco-branco. O ibérico é considerado uma das razões para nosso atraso histórico. Quando o Brasil, no século XIX, incentivou a imigração europeia, o português não era o público preferido [...]. A nação desejava os italianos, alemães, gostaria que viesse o branco-branco, pois, já bastava do branco não-branco português, assim como o africano. (CARDOSO, 2020, p. 59-60).

Sendo o romance-folhetim *O Patuá* publicado em 1878, quando já o abolicionismo havia se manifestado, e escrito por um indivíduo intelectualizado e urbano, surpreende que a escravidão esteja na narrativa de forma bastante normalizada. Não existe, em nenhum momento, uma crítica social à sobrevivência das relações escravistas. Parece, ao contrário, que o autor-personagem não se sente minimamente ofendido pela manutenção do escravismo, menos de dez anos antes de sua extinção. O que se manifesta na novela, na nossa opinião, é um certo discurso antiafricano, o qual pode também denunciar os temores desses setores remediados brancos com relação à autonomia e à sobrevivência física e cultural dos trabalhadores e trabalhadoras negras.

Ah, esses africanos e africanas (e seus descendentes) altaneiros, que não se mixavam ao cruzar com brancos, que não baixavam o olhar quando conversavam com interlocutores não-negros, que demonstravam um improvável orgulho profissional e étnico, que às vezes, mesmo escravizados, se apresentavam em público sem aparente resignação. Os epítetos descritores dirigidos pelo alemão Carlos Jansen ao nagô César mesclam características físicas, psicológicas e comportamentais. Jansen observava pelas ruas de Porto Alegre muitos destes negros, africanos e crioulos, que se recusavam a assumir ares de inferioridade e subserviência. De braços cruzados, olhavam seus interlocutores brancos com *fisionomia antipática* e *mal-encarados*. Se recusavam, assim, a se verem através de uma autoimagem autodepreciativa, conforme era esperado pela sociedade branca. Quiçá o nagô César espelhasse o receio, a insegurança desse também personagem-autor alemão Carlos Jansen, com relação àqueles indivíduos negros com os quais ele cruzava pelas ruas e que não pareciam dispostos a assumir os papéis sociais que as ideias de inferioridade racial lhes ofereciam.<sup>19</sup> Vejamos os epítetos dirigidos ao personagem César e que visavam visibilizá-lo aos leitores: braços cruzados, fisionomia antipática, má catadura, alto, mal-encarado, “carapina e escassa barba polvilhada de pós de farinha” que tornava “ainda mais repulsiva a

<sup>19</sup> “Em suma, no conflito racial, o branco, no primeiro momento, possui a força para construir-SE e construir o OUTRO. Ele como superior; o Outro como inferior. Ele como ser desejável; o Outro como ser repulsivo.” (CARDOSO, 2020, p. 80). Especulamos que a escolha da nação de César – nagô – não tenha sido fortuita, mas espelhava a experiência daquela sociedade escravista com o protagonismo e o comunitarismo mina-nagô. Sobre isso, ver: MAMIGONIAN (2000), SCHERER (2008), PINTO (2018), GRAHAM (2012). Tipos como o nagô César reforçam a verossimilhança entre a narrativa ficcional e a realidade social.

feia catadura.” As descrições fisionômicas dialogam intrinsecamente, até mesmo se confundindo, com traços da personalidade de um homem adulto, autônomo, consciente de si. Em dicionários da época, *catadura* remete a semblante, aspecto, mas também a *disposição do humor* (SILVA, 1922, p. 360).

Ou seja, parece que a masculinidade branca se denuncia aí atemorizada, quando defrontada com a afirmação da masculinidade negra. Talvez por isso a vingança literária de Jansen tenha sido negar ao personagem nagô qualquer laço afetivo ou familiar, apresentando-o quase como uma alteridade agressiva, mal-encarada e assexuada. Um homem negro alto e de braços cruzados, talvez ostentando a sua africanidade nagô em escarificações rituais impressas culturalmente em seu corpo. Uma ameaça, sem dúvida, que expunha ainda mais a fragilidade branca (DIANGELO, 2011).

Em uma série de palestras proferidas na Universidade de Harvard, em 2016, a professora e romancista Toni Morrison (2019, p. 22-23) tratou da “literatura do pertencimento”, bosquejando em variadas obras literárias o que ela denominou de “outremização”, ou seja, a produção dos outros, concluindo que: “Muitas, se não a maioria, das descrições textuais/literárias de raça oscilam entre dissimuladas, nuançadas e pseudocientificamente ‘provadas’. E todas elas possuem justificativas e pretensões de certeza destinadas a sustentar a dominação”. Segundo Morrison, a literatura seria uma base importante para se perceber *definições de si*, com relação aos autores e ao público que se pensava atingir, sendo os principais parâmetros neste jogo discursivo, critérios e demarcadores raciais, de riqueza, de classe e de gênero, “todos relacionados ao poder e à necessidade de controle” (MORRISON, 2019, p. 24-27).

Com relação às formas como as nações tornavam *palatável* a persistência da escravidão e o seu inerente elemento de degradação em termos de desumanização, Morrison (2019, p. 28) aponta a força bruta, mas também a *romantização*, realizada, entre outros meios, pela literatura. A romancista chama a atenção “de como e porque os negros são tão fundamentais para uma definição branca da humanidade”. Ou seja, o processo de outremização dialoga com as autoavaliações e nisso entra a própria violência física, como ela é executada, o cenário em que ela se insere e quem são as pessoas que as executam:

Como elas se esforçam para definir o escravizado como desumano e selvagem, quando na verdade a definição de desumano descreve em grande parte quem pune. Quando precisam descansar exaustos entre duas sessões de chibatadas, a punição é mais sádica do que corretiva. Se uma surra demorada cansa quem açoita, e a pessoa precisa de uma série de pausas para poder prosseguir, de que serve a duração para o açoitado? Essa dor extrema parece destinada ao prazer de quem segura a chibata (MORRISON, 2019, p. 42).<sup>20</sup>

<sup>20</sup> Em 24.02.1869 o Chefe de Polícia provincial envia ofício circular ao delegado e subdelegados de polícia da capital, informando que não *convinha* que se excedesse de 50 o número de açoites “com que devam ser na cadeia castigados os escravos” (AHRs – Polícia, Códice 240).



Nesse sentido, podemos pensar a pena, o instrumento do romancista branco (ou socialmente branco) oitocentista, como uma chibata, já que, idêntico a este instrumento de tortura, acomoda os ânimos, normaliza a agressão (física e psicológica) e, na maioria dos casos, justifica a desigualdade social e racial. Além de ser, certamente, fonte de prazer, tanto para quem escrevia, como ao público branco que a desfrutava.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento**. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMADO, Janaina. **A Revolta dos Mucker**. 2ª edição. Rio Grande do Sul, 1868-1898. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2003.

APPEL, Carlos. Introdução e Notas. In: JANSEN, Carlos. **O patuá**. Novela. 2ª edição. Porto Alegre: EDUNISC; Movimento, 2015.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra medo branco**. O negro no imaginário das elites no século XIX. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

AZEVEDO, Elciene. **O Direito dos Escravos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BERUTE, Gabriel. **Dos escravos que partem para os portos do sul**. Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOILEAU, Pierre; NARCEJAC, Thomas. **O romance policial**. São Paulo: Ática, 1991.

BOSSLE, Batista. **Dicionário Gaúcho Brasileiro**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**. Um estudo sobre a branquitude no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo, Selo Negro, 2011.



CARVALHO, José Murilo de. Dimensiones de la Ciudadanía em el Brasil del Siglo XIX. *In*: SABATO, Hilda. **Ciudadania Política y Formacion de las Naciones**. Prespectivas Politicas de América Latina. México: Fondo de Cultura Economica, 1997.

CHALHOUB, Sidney. Posfácio. *In*: BADARÓ, Francisco Coelho Duarte. **Fantina**. Cenas da escravidão. São Paulo: Chão Editora, 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **A Força da Escravidão**. Ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COOPER, Frederik; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca. **Além da escravidão**: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós- emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Miguel Angelo Silva da. **Entre a Flor da Sociedade e a Escória da População**. A experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880). São Leopoldo: Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, 2006.

CUNHA, Olívia Gomes da. **Intenção e gesto**. Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro (1927-1942). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da. Sociabilidades sem História: Votantes pobres no Império, 1824 - 1881. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

DIANGELO, Robin. White Fragility. **International Journal of Critical Pedagogy**, Vol 3 (3), 2011, pp. 54-70.

DICKIE, Maria Amelia Schmidt. **Afetos e circunstâncias**. Um estudo sobre os Mucker e seu tempo. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**. Formação do patronato político brasileiro - Vol. 1 e 2. 2ª edição. Porto Alegre: Editora Globo; São Paulo: Editora da USP, 1975.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz nas senzalas**. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo; VILLA, Carlos. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil (1810-1850). **História (São Paulo)**, v.35 e 78, 2016.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo Garcia. "Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872)". **Estudos Econômicos**, 17 (2), 1987, pp. 151-173.

FREYRE, Gilberto. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2ª edição. São Paulo: Ed. Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

GAY, Peter. **O Século de Schnitzler**. A formação da classe média (1815-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX. **Afro-Ásia**, 45 (2012), p. 25-65.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. **Para além das fontes**. Im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos (Santa Maria, 1844-1882). Dissertação [Mestrado em História] - PPGH/PUC-RS, Porto Alegre, 2005.

HAACK, Marina Camilo. **Sobre silhuetas negras**. Experiências e agências de mulheres negras escravizadas (Cachoeira, 1850 / 1888). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

JANSEN, Carlos. **O patuá**. Novela. 2ª edição. Porto Alegre: EDUNISC; Movimento, 2015.

JANSEN, Carlos. **O patuá**. Novela gauchesca. Porto Alegre: Edição do Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **As Victimas-Algozes**. Quadros da Escravidão. 2ª. edição, Rio de Janeiro: H. Garnier, s/data.

MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos Livres**. A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MAMIGONIAN, Beatriz G. Do que "o preto mina" é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. **Afro-Ásia**, 24 (2000).

MANDEL, Ernest. **Delícias do crime**. São Paulo: Busca Vida, 1988.

MATHEUS, Marcelo Santos. **A produção da diferença**. Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870). Tese [Doutorado em História] - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MATTOS, Hebe. Laços de família e direitos no final da escravidão. *In*: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil – Império**. A corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010.

MEIRELLES, Pedro von Mengden. **Um terreno cheio de asperezas**. O Cemitério da Matriz de Porto Alegre no cotidiano da cidade (1772-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGH, Porto Alegre, 2016.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. O preto feiticeiro Sete Cabeças: a circularidade de crenças e religiosidades na sociedade escravista do XIX. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, volume 28, p. 14 - 33, 2016.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Oitenta pretos africanos, novos, em um coió, debaixo do sal: Tráfico internacional de africanos escravizados (Angola – Rio de Janeiro - Brasil meridional, 1836). **Claves. Revista de Historia**, volume 5, p. 89 - 114, 2019.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Qualificados novos por estarem a dois meses no território do Brasil e não saberem falar nada a língua portuguesa: Charqueadas e tráfico ilegal de africanos (Bahia – Pelotas - Brasil meridional, 1834). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, volume 11, p. 133 - 161, 2019.

MORRISON, Toni. **A origem dos Outros**. Seis ensaios sobre racismo e literatura. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

MUAZE, Mariana. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina. **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018, pp. 360 a 391.

MÜGGE, Miqueias Henrique. **Prontos a contribuir**. Guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul - século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2012.

MÜGGE, Miqueias Henrique. **Senhores da Guerra**. Elites militares no sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional - 1845-1873). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. "Trabalhadores negros e o 'paradigma da ausência': contribuições à história social do trabalho no Brasil". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016.

NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades leigas em Porto Alegre**. Práticas funerárias e experiência urbana séculos (XVIII-XIX) 362f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. "Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho". **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

NOGUEIRA, Oracy. "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil". **Tempo Social**. Volume 19, nº 1, p. 287-308, 2006.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade:** educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892- c. 1911). 344 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PETIZ, Silmei Sant Ana. **Caminhos Cruzados.** Famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). Tese [Doutorado em História] - UNISINOS, São Leopoldo, 2009.

PINTO, Natália Garcia. **A Bênção Compadre:** experiências de liberdade e parentesco em Pelotas (1830-1850). Dissertação [Mestrado em História] UNISINOS, São Leopoldo, 2012.

PINTO, Natália Garcia. Gerações de senzalas, Gerações de Liberdade: experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888. Tese (Doutorado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2018.

POE, Edgar Allan. Os crimes da rua Morgue. *In:* POE, Edgar Allan. **Poesia e Prosa.** Obras Completas. Porto Alegre, Editora do Globo, 1944, p. 254-285.

REIS, João José. **Ganhadores.** A greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

REIMÃO, Sandra Lúcia. **O que é romance policial.** São Paulo, Brasiliense, 1983.

RIBEIRO, José Iran. **De tão longe para sustentar a honra nacional.** Estado e Nação as trajetórias dos brasileiros na Guerra dos Farrapos. Tese (Doutorado em história) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, Jaime. **O Infame Comércio.** Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Unicamp, 2000.

SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos. **Os brancos não falam a verdade contra mim.** Porque ele é homem e não havia de passar o trabalho que as fêmeas passam. Maria Rita e a interseccionalidade de mulheres escravizadas (comarca de Rio Pardo XIX). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

SCHERER, Jovane Souza. **Experiências de busca de liberdade.** Alforria e comunidade africana em Rio Grande. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922. (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813, sendo a 1ª edição de Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, em 1789).

SILVA, Rosa Maria Graciotto. Os Contos de Fada no Mundo Lobatiano. **Akrópolis**, 8 (4), out/dez, 2000.

SILVA, Sarah Calvi Amaral. **Entre as malhas repressivas e o sistema de justiça**. Os significados da cor na Porto Alegre dos anos 1930 e 1940. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS, Porto Alegre, 2018.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SPALDING, Walter. Itinerário da Literatura Sul-rio-grandense. **Enciclopédia Rio-grandense**. O Rio Grande Antigo. 2º volume. Livraria Sulina Editora, Porto Alegre, 1968, p. 189-220.

SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, Escravos e Empregados**: O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Libertas entre sobrados**: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Alameda, 2013.

TRINDADE, Alexandro Dantas. **André Rebouças**: da Engenharia Civil à Engenharia Social. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas / UNICAMP, Campinas, 2004.